

## ORDEM DE EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA

|  | N.º à<br>Pág. | margem |
|--|---------------|--------|
| <b>CAPÍTULO 1.º – DIREITO, DIREITO PRIVADO, DIREITO CIVIL; AS SUAS FUNÇÕES</b> | <b>1</b>      |        |
| <b>A. INTRODUÇÃO E ORIENTAÇÕES GERAIS</b>                                      | <b>5</b>      |        |
| I. A FUNÇÃO DO DIREITO COMO ELEMENTO REGULADOR DA CONVIVÊNCIA HUMANA           | 5             |        |
| 1. O Direito e a sua função ordenadora   | 5             | 1      |
| 2. O direito como fenómeno sujeito à evolução                                  | 14            | 11     |
| 3. O direito e a sua função conformadora                                       | 18            | 18     |
| 4. A não universalidade do direito   | 21            | 23     |
| 5. O direito e a língua  | 23            | 26     |
| 6. As funções do direito e as responsabilidades do jurista                     | 29            | 32     |
| II. O DIREITO OBJECTIVO EM GERAL   | 31            |        |
| 1. Referências às fontes do direito objectivo                                  | 31            | 35     |
| 2. A divisão em direito privado e direito público                              | 34            | 39     |
| 3. A divisão em direito imperativo e direito dispositivo                       | 45            | 55     |
| 4. A distinção entre direito material e direito processual                     | 46            | 58     |
| III. O DIREITO SUBJECTIVO EM GERAL   | 49            |        |
| 1. Referências ao conceito de direito subjectivo                               | 49            | 62     |
| 2. Referências aos vários direitos subjectivos                                 | 50            | 65     |
| 3. O direito subjectivo como condição de existência do direito objectivo       | 53            | 70     |
| <b>B. NOÇÃO, PRINCÍPIOS E FUNÇÕES DE DIREITO PRIVADO E CIVIL</b>               | <b>57</b>     |        |
| I. NOÇÃO E PRINCÍPIOS DE DIREITO PRIVADO E CIVIL                               | 57            |        |

|  | Pág. | N.º à<br>margem |
|--|------|-----------------|
| <b>I. OS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE JURÍDICA, DA AUTONOMIA PRIVADA E DA PROTECÇÃO DOS MAIS FRACOS</b>         |      |                 |
| 1. Os princípios da igualdade jurídica, da autonomia privada e da protecção dos mais fracos                | 57   | 74              |
| 2. Liberdade e responsabilidade  | 64   | 84              |
| a) Significado e limites da liberdade contratual   | 64   |                 |
| aa) A liberdade de celebração e de fixação do conteúdo do contrato   | 64   | 85              |
| bb) Os limites da lei à liberdade contratual e as suas justificações                                       | 67   | 89              |
| cc) Outras limitações à liberdade contratual   | 72   | 96              |
| dd) As áreas de aplicação da liberdade contratual dentro do direito privado                                | 75   | 99              |
| b) Significado e modalidades da responsabilidade civil   | 77   |                 |
| aa) Considerações gerais; as responsabilidades contratual e extracontratual ou civil; as suas delimitações | 77   | 101             |
| bb) As responsabilidades contratual e civil por actos próprios   | 80   | 104             |
| cc) As responsabilidades contratual e civil por actos de outrem  | 88   | 115             |
| dd) Responsabilidade civil e responsabilidade criminal (só referência)                                     | 92   | 120             |
| ee) A responsabilidade civil do Estado e demais entidades públicas   | 92   | 121             |
| 3. As funções dinamizadoras e protectoras do direito privado   | 97   | 127             |
| 4. A divisão do direito privado em direito civil e direitos privados especiais                             | 98   | 129             |
| 5. Os vários direitos privados especiais   | 99   | 131             |
| 6. A análise económica do direito privado (referência genérica)  | 106  | 143             |
| <b>II. O DIREITO PRIVADO E A ORDEM CONSTITUCIONAL PORTUGUESA</b>   | 107  |                 |
| 1. O problema da aplicação dos direitos fundamentais (direitos, liberdades e garantias) entre particulares | 108  | 144             |
| 2. Perspectivas de evolução  | 114  | 154             |
| <b>III. A DIMENSÃO POLÍTICA DO DIREITO PRIVADO</b>   | 116  |                 |
| 1. A inserção no respectivo sistema jurídico-político  | 116  | 157             |

ORDEM DE EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA

|   | N.º à<br>margem |
|---|-----------------|
|   | Pág.            |
| 2. O direito civil em sistemas jurídicos colectivistas  | 118      160    |
| a) O direito civil na ordem jurídica nacional-socialista  | 121      163    |
| b) O direito civil na ordem jurídica marxista-leninista   | 123      167    |
| <br><b>C. FONTES DO DIREITO CIVIL PORTUGUÊS</b>   | <br>129         |
| <b>I. A LEGISLAÇÃO ANTERIOR AO CÓDIGO CIVIL DE 1966.</b>  |                 |
| <b>RESENHA HISTÓRICA</b>  | 129             |
| 1. As origens romanas   | 130      173    |
| 2. As Ordenações  | 134      179    |
| 3. O direito subsidiário e a legislação extravagante  | 135      182    |
| 4. O Código Civil de 1867   | 137      185    |
| <b>II. O CÓDIGO CIVIL DE 1966 E A SUA SISTEMATIZAÇÃO</b>  | 142      195    |
| 1. Os trabalhos preparatórios   | 143      196    |
| 2. A sistematização do Código Civil   | 146      198    |
| 3. A reforma de 1977: a sua elaboração e o seu conteúdo material  | 157      212    |
| <b>III. AS FONTES ALÉM DO CÓDIGO CIVIL</b>  | 160      216    |
| <br><b>CAPÍTULO 2.º – OS INSTRUMENTOS CENTRAIS DO DIREITO PRIVADO: A RELAÇÃO JURÍDICA, O DIREITO SUBJECTIVO, O NEGÓCIO JURÍDICO</b> | <br>161         |
| <br><b>A. A RELAÇÃO JURÍDICA</b>  | <br>165         |
| <b>I. A RELAÇÃO JURÍDICA FUNDAMENTAL E O CÍRCULO DE DIREITOS</b>  | 165             |
| 1. A relação jurídica fundamental   | 165      217    |
| 2. O círculo de direitos  | 168      222    |
| <b>II. CONCEITO E ESTRUTURA DA RELAÇÃO JURÍDICA</b>   | 170             |
| 1. O conceito da relação jurídica   | 170      225    |
| 2. A estrutura da relação jurídica  | 175      233    |
| <br><b>B. OS ELEMENTOS DA RELAÇÃO JURÍDICA.</b>   | <br>            |
| <b>O CONTEÚDO DA PARTE GERAL</b>  | 181             |

|  | Pág. | N.º à<br>margem |
|--|------|-----------------|
| <b>I. AS PESSOAS EM SENTIDO JURÍDICO (SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA) E OS SEUS DIREITOS IMANENTES; REMISSÃO</b> | 181  | 241             |
| <b>I-A. DOS ANIMAIS</b>  | 184  | 247             |
| <b>II. AS COISAS EM SENTIDO JURÍDICO (OBJECTOS DA RELAÇÃO JURÍDICA)</b>  | 184  | 248             |
| 1. Os possíveis objectos da relação jurídica em geral  | 184  | 248             |
| a) O objecto imediato da relação jurídica; remissão  | 185  | 250             |
| b) O objecto mediato da relação jurídica   | 186  | 253             |
| c) Observações finais  | 190  | 259             |
| 2. As coisas como objectos mediatos da relação jurídica  | 190  | 261             |
| a) A noção de coisa no sentido do artigo 202.º, n.º 1  | 190  | 261             |
| b) As coisas fora do comércio de acordo com o artigo 202.º, n.º 2  | 193  | 268             |
| c) A classificação das coisas  | 195  | 274             |
| d) Os frutos e as benfeitorias   | 202  | 286             |
| 3. O património e a empresa (referências)  | 204  | 290             |
| a) O património; as suas acepções  | 204  | 291             |
| b) As modalidades de patrimónios separados (autónomos e colectivos)  | 207  | 297             |
| c) A empresa como objecto de negócios (referência sumária)   | 215  | 308             |
| <b>III. OS FACTOS JURÍDICOS E OS NEGÓCIOS JURÍDICOS (ORIGENS DA RELAÇÃO JURÍDICA E DA SUA EVOLUÇÃO)</b>        | 217  | 310             |
| 1. Os factos jurídicos em geral  | 217  | 310             |
| 2. A relevância da vontade a respeito dos factos jurídicos e da sua classificação; os actos jurídicos          | 219  | 313             |
| a) A classificação geral em função da vontade  | 219  | 313             |
| b) Os actos jurídicos (em sentido restrito)  | 220  | 317             |
| c) O esquema classificativo; distinções complementares   | 223  | 323             |
| 3. O negócio jurídico como facto jurídico voluntário (enunciado geral)   | 225  | 326             |
| a) O negócio jurídico como produtor de efeitos volitivos ou pretendidos (efeitos volitivo-finais)              | 225  | 327             |
| b) As consequências de uma vontade deficiente para os efeitos pretendidos                                      | 226  | 330             |

ORDEM DE EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA

|   | N.º à<br>Pág. | margem |
|---|---------------|--------|
| <b>4. O tempo e sua repercussão nas relações jurídicas<br/>(prescrição, caducidade, não uso)</b>              | 229           | 335    |
| <b>IV. DO EXERCÍCIO E DA TUTELA DOS DIREITOS<br/>(GARANTIA DA RELAÇÃO JURÍDICA)</b>                           | 231           | 231    |
| 1. Generalidades  | 231           | 339    |
| 2. A defesa do direito subjectivo mediante o recurso à<br>força própria                                       | 233           | 342    |
| <b>C. O DIREITO SUBJECTIVO, OBJECTO IMEDIATO<br/>DA RELAÇÃO JURÍDICA, EM PORMENOR</b>                         | 237           | 237    |
| <b>I. OS INTERESSES PRIVADOS E A SUA PROTECÇÃO; O DIREITO<br/>SUBJECTIVO E AS SUAS FUNÇÕES</b>                | 237           | 237    |
| 1. As várias situações de interesse protegidas pelo direito;<br>as expectativas jurídicas                     | 238           | 346    |
| 2. Noção de direito subjectivo; aspectos evolutivos; funções  | 242           | 352    |
| 3. Faculdades, poderes, legitimidades, ónus   | 249           | 367    |
| <b>II. OS VÁRIOS DIREITOS SUBJECTIVOS</b>   | 253           | 253    |
| 1. Os possíveis critérios classificativos   | 253           | 371    |
| 2. Os direitos reais como direitos de domínio e/ou de exclusão  | 253           | 372    |
| 3. Os direitos obrigacionais como direitos a uma prestação<br>ou um comportamento                             | 259           | 382    |
| 4. Os direitos potestativos como direitos a uma modificação<br>jurídica; os “direitos oponíveis”              | 263           | 386    |
| 5. Os direitos familiares pessoais como direitos de estrutura<br>complexa                                     | 271           | 404    |
| 6. Os direitos de personalidade como direitos destinados<br>a proteger a própria pessoa                       | 275           | 275    |
| a) Considerações gerais   | 275           | 409    |
| b) O direito geral de personalidade; os meios de defesa<br>contra as violações de um direito de personalidade | 276           | 412    |
| c) Os vários direitos de personalidade especiais  | 280           | 416    |
| d) A limitação voluntária ao exercício dos direitos de<br>personalidade; o consentimento do lesado            | 287           | 426    |
| <b>III. A LIGAÇÃO DOS DIREITOS SUBJECTIVOS AO SEU TITULAR;<br/>A AQUISIÇÃO E A TRANSMISSÃO DE DIREITOS</b>    | 292           | 292    |

|  | Pág.           | N.º à<br>margem |
|--|----------------|-----------------|
| 1. As modalidades da ligação ao titular  | 292            | 435             |
| 2. A aquisição e a transmissão de direitos   | 294            | 438             |
| a) As formas de aquisição de direitos  | 294            | 438             |
| b) As modalidades e as regras para a transmissão de direitos                               | 297            | 441             |
| <b>IV. O ABUSO DO DIREITO SUBJECTIVO</b>   | <b>298</b>     |                 |
| 1. Os poderes individuais e as vinculações imanentes<br>e sociais dos direitos subjectivos | 299            | 444             |
| 2. Colisão de direitos e abuso do direito  | 301            | 448             |
| <br><b>CAPÍTULO 3.º – O DIREITO DAS PESSOAS</b>  | <br><b>311</b> |                 |
| <b>A. AS PESSOAS SINGULARES</b>  | <b>315</b>     |                 |
| <b>I. PERSONALIDADE, CAPACIDADE E ESTADO DE PESSOA</b>                                     | <b>315</b>     |                 |
| 1. O começo da personalidade   | 315            | 455             |
| 2. A situação do nascituro   | 319            | 458             |
| 3. O termo da personalidade  | 323            | 461             |
| 4. Efeitos tardios da personalidade  | 327            | 465             |
| 5. Os direitos de personalidade (remissão)   | 330            | 470             |
| 6. Personalidade e estado de pessoa; a sua prova<br>e atendibilidade                       | 330            | 471             |
| 7. A situação jurídica do cadáver  | 333            | 475             |
| <b>II. A CAPACIDADE JURÍDICA, AS CAPACIDADES DE AGIR</b>                                   | <b>334</b>     |                 |
| 1. A personalidade e a capacidade jurídica   | 334            | 477             |
| 2. A capacidade negocial, de gozo e de exercício   | 336            | 479             |
| 3. A capacidade natural e de consentir   | 338            | 483             |
| 4. A capacidade delitual   | 340            | 486             |
| 5. Observações finais ao regime da capacidade  | 341            | 490             |
| <b>III. AS INCAPACIDADES NEGOCIAIS E A INCAPACIDADE<br/>    DELITUAL</b>                   | <b>344</b>     | <b>494</b>      |
| 1. As incapacidades de gozo  | 344            | 495             |
| 2. A incapacidade de exercício do menor e os meios<br>de suprimento da incapacidade        | 346            | 498             |
| a) Considerações prévias gerais  | 346            | 498             |
| b) O regime da menoridade em pormenor  | 349            | 505             |

ORDEM DE EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA

|   | N.º à<br>margem | Pág. |
|---|-----------------|------|
| 3. Figuras afins às incapacidades negociais   | 364             |      |
| a) As ilegitimidades e as indisponibilidades relativas;<br>as proibições legais relativas   | 364             | 528  |
| b) A incapacidade accidental  | 367             | 534  |
| 4. A incapacidade delitual  | 369             | 540  |
| <b>IV. O REGIME DO MAIOR ACOMPANHADO</b>  | <b>370</b>      |      |
| 1. Considerações gerais   | 371             | 542  |
| 2. O princípio do respeito pela vontade do beneficiário<br>das medidas de acompanhamento  | 374             | 545  |
| 3. Quem pode ser acompanhante   | 377             | 548  |
| 4. Medidas de acompanhamento previstas na lei e<br>poderes-deveres do acompanhante  | 378             | 549  |
| 5. Direitos pessoais do maior acompanhado e negócios<br>da vida corrente  | 382             | 554  |
| 6. A anulabilidade dos actos do acompanhado   | 385             | 557  |
| 7. Revisão, modificação e cessação do acompanhamento;<br>remoção e exoneração do acompanhante   | 393             | 569  |
| <b>V. DOMICÍLIO, AUSÊNCIA, NACIONALIDADE (REMISSÃO)</b>   | <b>394</b>      |      |
| 1. O domicílio  | 395             | 571  |
| 2. A ausência   | 397             | 575  |
| 3. A nacionalidade (remissão)   | 398             | 577  |
| <b>B. AS PESSOAS COLECTIVAS</b>   | <b>401</b>      |      |
| <b>I. O CONCEITO DE PESSOA COLECTIVA</b>  | <b>401</b>      |      |
| 1. As duas modalidades básicas; a sua justificação<br>económico-social e jurídico-dogmática   | 401             | 579  |
| 2. As posições doutrinais relativas à sua natureza jurídica<br>(referência)   | 406             | 584  |
| 3. Os sistemas de reconhecimento para a atribuição<br>da personalidade jurídica   | 408             | 587  |
| 4. As pessoas colectivas de direito eclesiástico e de direito<br>público bem como a delimitação destas últimas das<br>pessoas colectivas de direito privado (referências) | 412             | 591  |
| 5. As pessoas colectivas de direito privado e sua classificação   | 416             | 596  |

|  | Pág.       | N.º à<br>margem |
|--|------------|-----------------|
| 6. A invocação dos direitos fundamentais no âmbito das pessoas colectivas                | 424        | 609             |
| <b>II. A EVOLUÇÃO LEGISLATIVA</b>  | <b>425</b> |                 |
| 1. A situação anterior à Constituição de 1976  | 426        | 613             |
| 2. O sistema constitucional de 1976  | 426        | 614             |
| <b>III. AS PESSOAS COLECTIVAS DO CÓDIGO CIVIL EM GERAL</b>                               | <b>426</b> |                 |
| 1. Os tipos regulados: as pessoas colectivas em sentido restrito                         | 427        | 615             |
| 2. A aquisição da personalidade jurídica e os pressupostos para a sua atribuição         | 427        | 617             |
| 3. A personalidade e a capacidade jurídica   | 431        | 623             |
| 4. A capacidade de agir e a responsabilidade da pessoa colectiva                         | 432        | 626             |
| 5. Domicílio, nacionalidade e extinção da pessoa colectiva                               | 437        | 633             |
| <b>IV. AS PESSOAS COLECTIVAS DO CÓDIGO CIVIL EM ESPECIAL</b>                             | <b>438</b> |                 |
| 1. As associações  | 439        |                 |
| a) A constituição da associação  | 439        | 636             |
| b) A sua organização e funcionamento   | 441        | 639             |
| c) Aquisição, perda e conteúdo da qualidade de associado                                 | 443        | 643             |
| d) Conteúdo e interpretação dos estatutos  | 445        | 646             |
| e) As causas de extinção da associação   | 446        | 648             |
| 2. As fundações  | 446        | 650             |
| <b>C. ASSOCIAÇÕES SEM PERSONALIDADE JURÍDICA E COMISSÕES ESPECIAIS</b>                   |            | <b>451</b>      |
| <b>I. GENERALIDADES</b>  |            | <b>451</b>      |
| <b>II. AS ASSOCIAÇÕES SEM PERSONALIDADE JURÍDICA</b>                                     |            | <b>453</b>      |
| <b>III. AS COMISSÕES ESPECIAIS</b>   |            | <b>454</b>      |
| <b>CAPÍTULO 4.º – O REGIME DO NEGÓCIO JURÍDICO</b>                                       |            | <b>455</b>      |
| <b>A. O NEGÓCIO JURÍDICO EM GERAL</b>  |            | <b>459</b>      |
| <b>I. O CONCEITO DE NEGÓCIO JURÍDICO</b>   |            | <b>459</b>      |
| 1. Os elementos e a natureza do negócio jurídico   | 459        | 662             |
| 2. Os intervenientes no negócio jurídico; a conformação unilateral de relações jurídicas | 464        | 670             |

ORDEM DE EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA

|   | N.º à<br>Pág. | margem |
|---|---------------|--------|
| <b>II. REFERÊNCIAS A HISTÓRIA DO CONCEITO “NEGÓCIO JURÍDICO”</b>              | 468           | 678    |
| <b>III. AS CLASSIFICAÇÕES DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS</b>                          | 469           |        |
| <b>B. A EFICÁCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO</b>                                      | 475           |        |
| <b>I. O NEGÓCIO JURÍDICO COM EFICÁCIA PLENA</b>                               | 475           |        |
| 1. A formação do negócio jurídico   | 475           |        |
| a) As modalidades da declaração negocial; os seus elementos                   | 475           | 693    |
| b) A forma da declaração negocial; a sua distinção<br>da publicidade          | 482           | 708    |
| c) A perfeição da declaração negocial   | 490           | 722    |
| 2. A conclusão do contrato  | 499           | 743    |
| a) A proposta contratual e a sua aceitação                                    | 501           | 746    |
| b) Os efeitos da conclusão do contrato, nomeadamente<br>os seus efeitos reais | 513           | 773    |
| c) A conclusão do contrato com base em cláusulas<br>contratuais gerais        | 515           | 777    |
| d) A conclusão do contrato nos contratos celebrados<br>à distância            | 517           | 780    |
| e) A contratação electrónica  | 519           | 782    |
| f) As relações contratuais de facto; o problema da sua<br>justificação        | 524           | 788    |
| g) <i>A culpa in contrahendo</i>  | 527           | 795    |
| 3. A representação na conclusão do contrato                                   | 531           | 802    |
| a) Princípios gerais; delimitações para com figuras<br>semelhantes            | 533           | 806    |
| b) A procuração e os seus efeitos   | 538           | 812    |
| <b>II. OS NEGÓCIOS JURÍDICOS COM EFICÁCIA LIMITADA</b>                        | 545           | 825    |
| 1. Os negócios jurídicos com efeitos subordinados<br>a condição ou termo      | 546           | 826    |
| a) A condição   | 546           | 827    |
| b) O termo  | 550           | 835    |
| c) Os encargos ou cláusulas modais (referências)                              | 552           | 837    |
| 2. Os negócios jurídicos com efeitos dependentes<br>de ratificação            | 552           | 838    |

|  | Pág. | N.º à<br>margem |
|--|------|-----------------|
| a) Os negócios dos insolventes, celebrados sem poderes de disposição   | 553  | 839             |
| b) Os negócios celebrados sem poderes de vinculação  | 555  | 842             |
| 3. Os negócios jurídicos com eficácia relativa   | 556  | 844             |
| a) Os casos da falta de publicidade  | 556  | 845             |
| b) Os casos da inoponibilidade da invalidade   | 560  | 852             |
| <b>III. A INTERPRETAÇÃO E A INTEGRAÇÃO DA DECLARAÇÃO</b>   |      |                 |
| <b>NEGOCIAL</b>  | 562  | 856             |
| 1. A interpretação da declaração negocial  | 563  | 858             |
| 2. A integração da declaração negocial   | 568  | 867             |
| <b>C. A INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO</b>   | 571  |                 |
| <b>I. AS CAUSAS E AS MODALIDADES TÍPICAS E ATÍPICAS DA INVALIDADE BEM COMO AS CONSEQUÊNCIAS DESTA PARA OS EFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO: ENUNCIADO GERAL</b> | 571  | 869             |
| <b>II. OS NEGÓCIOS JURÍDICOS SOBRE OS QUAIS IMPENDE A SANÇÃO DA NULIDADE</b>   | 574  |                 |
| 1. Os negócios celebrados sem capacidade negocial de gozo e situações afins (remissão)   | 575  | 873             |
| 2. Os negócios celebrados contra a lei   | 575  | 874             |
| 3. Os negócios com conteúdo (isto é, objecto ou fim) desaprovado pela ordem jurídica   | 578  | 878             |
| 4. Os negócios celebrados sem observância da forma legal   | 583  | 887             |
| 5. Os negócios celebrados com falta de vontade:  | 587  |                 |
| a) Enunciado geral   | 587  | 893             |
| b) A simulação   | 592  | 897             |
| aa) Figuras afins  | 593  | 899             |
| bb) O valor do negócio simulado  | 596  | 907             |
| cc) O regime da nulidade do negócio simulado em geral e em relação a terceiros   | 597  | 909             |
| dd) A simulação relativa   | 600  | 914             |
| ee) A simulação em negócios formais  | 605  | 924             |
| c) A reserva mental  | 611  | 937             |
| d) A declaração não séria  | 613  | 940             |

ORDEM DE EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA

|   | N.º à<br>margem |
|---|-----------------|
|   | Pág.            |
| e) A falta de consciência da declaração e a coacção física  | 615      943    |
| <b>III. OS NEGÓCIOS JURÍDICOS SOBRE OS QUAIS IMPENDE</b>  |                 |
| A SANÇÃO DA ANULABILIDADE   | 618             |
| 1. Os negócios celebrados sem capacidade de exercício<br>e situações afins (remissão)                               | 618      950    |
| 2. Os negócios celebrados contra a lei e os negócios<br>celebrados sem os necessários consentimentos (remissão)     | 619      951    |
| 3. Os negócios usurários  | 619      952    |
| 4. Os negócios celebrados com erro na declaração  | 625      959    |
| 5. Os negócios celebrados com vícios da vontade:<br>enunciado geral   | 632      971    |
| a) O erro sobre os motivos; suas configurações e regimes  | 633             |
| aa) O problema da relevância do erro  | 633      973    |
| bb) O regime geral do erro sobre os motivos   | 635      976    |
| cc) O erro sobre a pessoa ou sobre o objecto do negócio   | 637      979    |
| dd) O erro sobre a base do negócio  | 641      987    |
| b) O dolo   | 647      998    |
| c) A coacção moral  | 652      1008   |
| <b>IV. AS CONSEQUÊNCIAS DA INVALIDADE DO NEGÓCIO</b>  |                 |
| JURÍDICO EM PORMENOR  | 655             |
| 1. Os efeitos da invalidade   | 655      1013   |
| 2. As pessoas legitimadas para invocar a invalidade   | 659      1018   |
| <b>V. A MINORAÇÃO DAS CONSEQUÊNCIAS DA INVALIDADE</b>   |                 |
| DO NEGÓCIO JURÍDICO   | 662             |
| 1. O princípio da conservação dos negócios jurídicos<br>e as suas expressões legais                                 | 662      1021   |
| a) A conservação dos negócios jurídicos em relação às partes  | 663             |
| aa) A confirmação do negócio anulável   | 663      1022   |
| bb) A redução do negócio nulo ou anulável   | 664      1025   |
| cc) A conversão do negócio nulo ou anulável   | 666      1028   |
| 2. A protecção de terceiros adquirentes de boa fé   | 668             |
| a) A inoponibilidade da declaração de nulidade ou da<br>anulação do negócio que versa sobre bens sujeitos a registo | 668      1031   |
| b) A prevalência segundo as regras de prioridade das leis<br>do registo   | 672      1036   |